

diatribe

do dicionário: crítica severa

ANTÓNIO
COSTA
SILVA

**PORTUGAL
NA
EUROPA
E COM A
EUROPA:
QUE
FUTURO?**

NÃO-FICÇÃO · ENSAIO

Índice

1. A Europa ou muda ou irá transformar-se num museu	9
2. A dependência excessiva do gás russo: a Europa e a Alemanha mudam de política energética em 48 horas	23
3. A crise e a insegurança alimentar	31
4. A crise de defesa e segurança	37
5. A Europa a dançar sobre uma camada de gelo muito fina	51
6. A perda de competitividade da Europa	57
7. Portugal na Europa e com a Europa	63
8. Os desafios da Europa e de Portugal no século XXI	75
9. Que futuro?	135
10. Conclusão	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181

1

A Europa ou muda ou irá transformar-se num museu

Quando exerci funções de ministro da Economia do XXIII Governo Constitucional, tive oportunidade de participar nas reuniões do Conselho de Competitividade da União Europeia, um organismo que integra todos os ministros da Economia dos estados-membros e que deveria ser o fórum por excelência de discussão dos temas económicos europeus, do estado das coisas, da competitividade europeia, do caminho seguido, do sucesso ou insucesso das políticas implementadas, das medidas necessárias para robustecer a economia europeia e prepará-la para enfrentar o futuro. Particpei em múltiplas reuniões do Conselho, que ocorreram em Bruxelas, no Luxemburgo, em Praga, em Estocolmo, em Bilbao, em Gante.

Essas reuniões sempre me pareceram muito burocráticas, previsíveis, estereotipadas e maçadoras. Basicamente o que se passa é que o representante de cada país tem por hábito ler, sobre cada tema em análise, uma declaração escrita que é repetida à exaustão. Isto é: lê-se e proclama-se muito, debate-se pouco. É uma espécie de ritual programado e fossilizado. A meu ver, o funcionamento destes órgãos é um sintoma claro do esclerosamento da Europa e da sua incapacidade de travar um debate profundo e eficaz sobre os gravíssimos problemas com

que está confrontada, e de tomar decisões em consonância com a gravidade do momento que vivemos.

Estamos a atravessar uma fase da vida internacional que é caracterizada por mudanças tectónicas, geopolíticas e geoeconómicas, profundas e rápidas, que têm um efeito sísmico em múltiplos domínios e a Europa parece estar timidamente a acordar, mas ainda não está a ser capaz de responder à altura. A Europa habituou-se a viver dentro do status quo num mundo previsível e com regras. Tudo isso está hoje virado do avesso.

Como é que a Europa vai reagir apertada entre uma nova administração Trump, que acelera a competição e a rivalidade estratégica com a China e aumenta o protecçãoismo e as guerras comerciais, e uma China cada vez mais assertiva, autocrática, tecno-nacionalista, mas que depende da Europa para escoar a sua capacidade excedentária de produção?

Quero enfatizar aqui que sou profundamente europeísta. Pertencço a uma geração que nasceu a seguir à Segunda Guerra Mundial e tinha em casa um pai profundamente preocupado com as consequências das duas guerras mundiais, que tiveram por epicentro a Europa, na primeira metade do século passado, e que ceifaram mais de 100 milhões de vidas, levando a Europa à beira do suicídio.

O projecto europeu é o mais extraordinário projecto político do século xx, e evitou durante décadas que novas guerras eclodissem na Europa, criando condições para um ciclo de bem-estar e prosperidade para os povos europeus depois da Segunda Guerra Mundial. Mas é hoje absolutamente indispensável renovar o projecto europeu e adaptá-lo para responder aos grandes desafios do século XXI que estão a confrontar a Europa.

Este livro tem como propósito dar uma contribuição para essa renovação do projecto europeu, fazer uma reflexão sobre o caminho seguido, identificar as fragilidades e os problemas e desafios actuais, discutir como resolvê-los e, por fim, avaliar o papel que Portugal pode desempenhar nesta nova fase.

Esses desafios ampliaram-se com a eclosão da guerra da Ucrânia, a crise de segurança e defesa do continente, o impacto da competição e da rivalidade estratégica entre a China e os Estados Unidos, a ascensão dos populismos que pode minar as democracias por dentro, o avanço das políticas proteccionistas que estão a afectar o comércio mundial, a escalada das autocracias e os desafios à ordem internacional, a crise climática e ambiental. As tensões geopolíticas crescentes, combinadas com a estagnação das economias e o retrocesso do comércio internacional, colocam a Europa no centro de uma espiral de crises que pode devorá-la.

Procurei nas minhas intervenções sensibilizar o Conselho de Competitividade da União Europeia sobre um conjunto de questões que estão a asfixiar as economias europeias e que dificultam a resposta da Europa aos desafios com que está confrontada.

O problema é que as instâncias europeias e os líderes europeus estão em geral prisioneiros de um quadro mental fechado e estático, desajustado das mudanças sísmicas que estão a sacudir o mundo. A má leitura da realidade e a ausência de respostas profundas e eficazes explicam o facto de a Europa estar a ficar para trás em termos da sua economia e produtividade e a perder a competição económica, científica, tecnológica e da inovação com os Estados Unidos e a China.

Este quadro mental europeu, em que a consciência europeia e o sonho do projecto político deram lugar a um medo paralisante de desagregação e a um desejo de proteger e salvar a todo o custo o status quo, surgiu como resultado das crises que abalaram sucessivamente a Europa como a crise financeira e económica de 2008 e 2009, a crise das dívidas soberanas de 2011, o Brexit em 2016, a covid em 2020, a guerra da Ucrânia em 2022. O modo de crise tomou conta do funcionamento da União Europeia, os líderes políticos converteram-se em gestores de curto prazo e o sonho político que galvanizou e protegeu a Europa durante décadas está a desvanecer-se. É por isso que é mais imperioso do que nunca reinventar e renovar o projecto europeu, adaptando-o para dar resposta aos grandes problemas do século XXI.

Alguns desses problemas, que asfixiam e debilitam as economias da União Europeia, são, entre outros, os seguintes:

- A burocracia excessiva da União, que se combina com a burocracia dos Estados Membros;
- A quantidade inacreditável de regulamentação que a Comissão Europeia produz sobre tudo e mais alguma coisa, sem critério, sem sensatez, sem distinguir o essencial do acessório, e que asfixia as empresas europeias e faz aumentar excessivamente os seus custos de produção, tornando-as pouco competitivas;
- A incapacidade de a Europa ultrapassar a fragmentação política e geoeconómica que ainda existe no seu interior e não ser capaz de tirar todo o enorme potencial do Mercado Único Europeu, que continua muito limitado e condicionado em certos domínios como o da Energia, dos Serviços, das Telecomunicações;

- A incapacidade de a União Europeia criar um Mercado Europeu de Capitais, o que leva muitas empresas europeias a procurarem financiamento nos Estados Unidos, em particular as empresas tecnológicas;
- As exigências e restrições leoninas que são impostas às empresas europeias para operarem sem se ter em conta os efeitos da concorrência desleal introduzida no mercado europeu pelas empresas de outras geografias, que não têm esse nível de exigências, muito pelo contrário; a crise actual da indústria automóvel europeia é a demonstração clara de como as decisões políticas europeias, irrealistas e disparatadas, penalizam a Europa e a sua indústria;
- A política vigente dos Fundos Europeus que impede qualquer apoio às grandes empresas, o que puxa o tecido produtivo europeu para baixo, inibe a economia europeia de ganhar escala e cerceia a competitividade das empresas e da economia;
- A morosidade e lentidão nas tomadas de decisão, quando o mundo muda a uma velocidade vertiginosa e o Velho Continente e as suas instâncias decisórias parecem enclausurados numa espécie de cápsula-museu.

Nas últimas reuniões do Conselho de Competitividade em que participei, em particular em 2023, as coisas melhoraram bastante porque começaram a fazer-se sessões de trabalho com Enrico Letta e Mario Draghi, que estavam mandatados pelo Conselho Europeu e pela Comissão Europeia, respectivamente, para fazerem uma análise e um relatório sobre o funcionamento do Mercado Único (o primeiro), e sobre os problemas e desa-

fos da Competitividade da Europa no século XXI (o segundo). Essas sessões de trabalho, mais informais, mais participadas, abertas a inscrições e onde tudo se podia debater, sem rituais pré-formatados, foram uma experiência muito interessante. Basicamente Letta e Draghi estavam ali para suscitar questões e para ouvir.

Nas minhas intervenções nessas reuniões de trabalho, para além dos pontos anteriores que mencionei, procurei transmitir algumas preocupações, que tenho amadurecido ao longo dos anos, e que são as seguintes:

- Quando se fala do Mercado Único Europeu, apesar de alguns avanços circunstanciais, ele é incipiente na área dos serviços e não existe verdadeiramente na área da energia porque exclui a Península Ibérica. E a questão central é porque é que, depois de mais de 80 anos de vida do projecto europeu, não existe o Mercado Único da Energia, quando historicamente o projecto político europeu começou com a Comunidade do Carvão e do Aço? Porque é que a Península Ibérica continua a ser uma espécie de ilha energética na Europa sendo que as ligações através dos Pireneus nunca avançaram de forma significativa e não são assumidas de facto como um projecto europeu?;
- Relatei, neste contexto, a minha experiência de ter ido várias vezes falar com organismos europeus, na primeira década deste século, convidado por deputados portugueses ao Parlamento Europeu, para debater a política energética da Europa. Levava comigo um mapa que mostrava a enorme dependência dos países do Leste e do Centro da Europa do gás russo, e

perguntava: o que vai acontecer se um dia a Rússia utilizar a energia como uma arma geopolítica e diminuir ou cancelar as exportações para a Europa? Mas os responsáveis europeus não estavam preparados para ouvir e para responder a esta pergunta e refugiavam-se amiúde na declaração: «A Rússia é um parceiro comercial fiável»;

- Procurei enfatizar que era crucial para o futuro da Europa, e até para esta ter uma parceria mais estável com a Rússia, diversificar as fontes de abastecimento de gás natural fazendo notar que a Europa tinha concentrada na Península Ibérica cerca de 50 % da sua capacidade de recepção de gás natural liquefeito (GNL), através dos terminais espanhóis e do terminal de Sines, em Portugal, onde se localiza o maior porto de águas profundas da Europa. Nesta perspectiva fazia todo o sentido a Europa apostar nas ligações energéticas da Península Ibérica ao resto da Europa e preparar-se para qualquer surpresa no futuro. Infelizmente a miopia política europeia não deixou que isso acontecesse;
- Procurei dizer com muita clareza que essa ausência de resposta traduzia um erro de apreciação da Europa e que devia ser corrigido; esse erro está hoje a ser pago e é muito caro, porque de um dia para o outro, quando a guerra da Ucrânia deflagrou, a Europa procurou minimizar a sua dependência do gás barato russo e passou a importá-lo dos Estados Unidos, do Qatar e de outros países, o que se tem traduzido por preços da

energia mais elevados, afectando a competitividade das indústrias europeias;

- Prosegui fazendo um desafio: ontem a Europa não agiu porque leu mal a realidade e cometeu um erro estratégico, mas é importante não cometer duas vezes o mesmo erro porque hoje Portugal e Espanha são uma «Power house», uma potência nas energias renováveis, que irá dominar a matriz energética europeia, e por isso é hoje ainda mais premente a ligação da Península Ibérica ao Mercado energético europeu. Curiosamente, um dos maiores apoios a esta posição veio da Alemanha, um país que está hoje a ser profundamente afectado pelos preços altos da energia e a falta de competitividade da sua indústria, o que colocou em cima da mesa a necessidade de reconversão do modelo industrial alemão e europeu;
- Alerttei também para o fosso tecnológico que as economias europeias estão a revelar face aos Estados Unidos e à China, enfatizando alguns dados preocupantes: nos anos 90, a Europa produzia cerca de 23 % dos *chips* e microprocessadores, que são cruciais para a indústria dos computadores, indústria automóvel, telecomunicações, electrónica de alta precisão, indústria da defesa, aeronáutica e espaço; hoje produz menos de 7 %; das 20 maiores empresas tecnológicas do mundo só uma actualmente é europeia; apenas 7 % das patentes registadas no mundo no campo da inteligência artificial, que é fundamental para a economia do futuro, vêm da Europa; nos serviços de *software*, que são cada vez mais dominantes no funcionamento das